

ANÁLISE DA RECEITA PÚBLICA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO DE 2017 A 2023

ANALYSIS OF PUBLIC REVENUE OF THE MUNICIPALITY OF SANT'ANA DO LIVRAMENTO FROM 2017 TO 2023

Guilherme Inchausp Moreira¹

RESUMO: O trabalho tem como objetivo geral identificar a composição e evolução das receitas públicas do município de Sant'Ana do Livramento, entre 2017 e 2023. Os objetivos específicos incluem verificar a evolução e composição das receitas públicas, analisar a dependência de transferências estaduais e federais, e avaliar a suficiência arrecadatória do município. A pesquisa é de natureza aplicada, com enfoque descritivo e quantitativo, utilizando como objeto de estudo o orçamento da Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento. A coleta de dados foi realizada por meio do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), de 2017 a 2023, e os dados foram analisados e tabulados em Excel, permitindo uma visualização detalhada da evolução e composição das receitas. A pesquisa concluiu que houve um crescimento significativo de 92,4% nas receitas correntes do município entre 2017 e 2023, passando de R\$ 202,3 milhões para R\$ 389,2 milhões. A receita própria aumentou 137%, enquanto as transferências correntes cresceram 69% no mesmo período. Embora as transferências ainda representem uma parte relevante do orçamento (58,06% em 2023), o percentual de receita própria aumentou de 34% em 2017 para 41,94% em 2023, o que indica uma redução gradual na dependência de transferências. O estudo oferece uma importante contribuição ao fornecer uma análise detalhada da evolução e composição das receitas públicas, sendo um subsídio essencial para o planejamento e gestão orçamentária no município. Ele ajuda gestores públicos a identificar deficiências arrecadatórias e áreas que demandam melhorias, auxiliando na busca por maior equilíbrio fiscal e independência financeira das transferências governamentais.

Palavras-chave: Sant'Ana do Livramento, receita pública; receita corrente; gestão pública.

ABSTRACT: This study aims to identify the composition and evolution of public revenues in the municipality of Sant'Ana do Livramento between 2017 and 2023. The specific objectives include verifying the evolution and composition of public revenues, analyzing the dependence on state and federal transfers, and assessing the municipality's revenue collection sufficiency. This is an applied study with a descriptive and quantitative approach, using the budget of the Sant'Ana do Livramento City Hall as its object of study. Data collection was carried out using the Summary Report of Budget Execution (RREO) from 2017 to 2023, and the data were analyzed and tabulated in Excel, allowing a detailed visualization of the evolution and composition of revenues. The study concluded that there was a significant growth of 92.4% in the municipality's current revenues between 2017 and 2023, increasing from R\$202.3 million

¹ Especialista em Gestão Pública Municipal – Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Tecnólogo em Gestão Pública – Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). guinchausp00@gmail.com +55 55 98404-1592

to R\$389.2 million. Own revenue increased 137%, while current transfers grew 69% over the same period. Although transfers still represent a significant portion of the budget (58.06% in 2023), the percentage of own revenue increased from 34% in 2017 to 41.94% in 2023, indicating a gradual reduction in dependence on transfers. The study offers an important contribution by providing a detailed analysis of the evolution and composition of public revenue, serving as an essential tool for municipal budget planning and management. It helps public managers identify revenue collection deficiencies and areas requiring improvement, aiding in the pursuit of greater fiscal balance and financial independence from government transfers.

Keywords: *Sant’Ana do Livramento; current revenue; public revenue; public management.*

1 INTRODUÇÃO

Com os debates e narrativas políticas construídas nos anos eleitorais a respeito do crescimento das receitas públicas e, conseqüentemente maiores investimentos, mostra-se necessário avaliar a evolução e a composição das receitas públicas do Município de Sant’Ana do Livramento – Rio Grande do Sul. Para compreender e avaliar a evolução e a composição das receitas públicas de Sant’Ana do Livramento, é necessário que haja o entendimento do conceito de receita pública. As receitas públicas, em sentido estrito, são aquelas que representam a disponibilidade de recursos através do ingresso de recursos financeiros nos cofres do Estado, também chamadas de receitas orçamentárias (Tesouro Nacional, 2023, p. 38).

A Lei Federal nº 4.320/1964 prevê, em seu Art. 2º, que as receitas públicas estarão discriminadas na Lei de Orçamento. Já o Art. 11 da referida legislação dispõe que as receitas públicas são classificadas em duas categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital. (Brasil, 1964). Para melhor entendimento, o legislador estabeleceu:

Art. 11 - A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

§ 1º - São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

§ 2º - São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a

atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superavit do Orçamento Corrente. (Brasil, 1964).

Ao longo das décadas houve um processo contínuo de aperfeiçoamento das legislações que versavam sobre as contas públicas. Com a publicação da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e estabelece outras providências, o Brasil passou a contar com um importante instrumento para controle das receitas e despesas públicas. Popularmente conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a mesma possui mecanismos que estabelecem instrumentos de controle das finanças públicas para toda a população, tornando os dados e informações muito mais acessíveis. Ao criar o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), o legislador possibilitou que houvesse maior especificação das receitas por fonte e categoria econômica, por exemplo (Brasil, 2000).

Conforme observado por Scheren, Da Silva Junior e Galante (2018, p. 971), boa parte dos municípios brasileiros são dependentes das transferências governamentais, sejam elas estaduais ou federais, para garantirem a execução orçamentária. Ou seja, uma pequena parte das receitas dos municípios advém da chamada “receita própria”, que é aquela decorre dos impostos de competência municipal: Imposto Sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto Sobre Serviços (ISS) e Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

A pesquisa de Paes e Portugal (2019), ao realizar um estudo sobre as receitas públicas do município de Niterói/Rio de Janeiro, contribui e corrobora com a presente pesquisa no que diz respeito a análise da evolução da receita, de maneira a identificar e analisar fontes de receita, bem como evidenciar a receita própria do município.

Tendo em vista os estudos a serem revisados através da literatura disponível, a presente pesquisa deverá responder a seguinte pergunta de pesquisa: Qual é a composição e a evolução das receitas públicas do município de Sant’Ana do Livramento entre os anos de 2017 e 2023?

De modo a responder à pergunta de pesquisa, o presente estudo tem como objetivo identificar a composição e a evolução das receitas públicas do município de Sant’Ana do Livramento entre os anos de 2017 e 2023.

A pesquisa é justificada tendo em vista a necessidade de compreender a evolução e composição das receitas públicas do município de Sant’Ana do Livramento, considerando que os estudos de Passos e Nascimento (2018) e de Rodrigues *et al.* (2017) apontam para uma forte

dependência de repasses estaduais e federais para que municípios de estados diversos possam arcar com suas políticas públicas.

Este estudo é importante para melhor compreensão do estágio em que se encontrava o orçamento municipal no período delimitado, mais especificamente no que diz respeito às receitas públicas, sendo de fundamental contribuição para os agentes políticos e gestores públicos para análise e planejamento orçamentário, de maneira a auxiliá-los na identificação de deficiências nas receitas públicas do município.

Nesse sentido, surge uma questão importante: a evolução e composição das receitas públicas do município de Sant’Ana do Livramento evidencia algum tipo de dependência de transferências da União ou do estado? Ou demonstra suficiência arrecadatória ou diminuição de uma eventual dependência?

A seguir estará disposto o referencial teórico da pesquisa, em que serão abordadas as literaturas pertinentes para melhor contribuir com a atual pesquisa. Posteriormente, serão apresentados os procedimentos metodológicos necessários para o desenvolvimento do presente estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A seguir estarão dispostas as literaturas que compõem o referencial teórico, e que avalizam a presente pesquisa quanto ao seu objetivo geral.

2.1. Receita Pública

A receita pública, importante instrumento do orçamento estatal, é responsável por viabilizar o financiamento das políticas públicas, sejam elas municipais, estaduais ou federais.

De forma geral, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) define que o simples ingresso de recursos financeiros no erário do Estado está configurado como receita pública. De tal forma, para uma melhor análise e interpretação, é adotado o entendimento de que apenas as receitas orçamentárias são consideradas receitas públicas (Tesouro Nacional, 2023, p. 38).

Na mesma feita, a STN (Brasil, 2023, p.39) prevê que as receitas orçamentárias “são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o

saldo financeiro da instituição”. Em suma são estes recursos que serão destinados para aplicação em serviços públicos postos à disposição dos cidadãos.

As receitas devem ser estimadas anualmente através da Lei Orçamentária Anual, nos termos do Art. 2º da Lei nº 4.320/1964, sendo um instrumento fundamental para a operacionalização da arrecadação do Estado e da prestação de serviços, através do caráter autorizativo do orçamento público.

Já o Art. 11 da Lei nº 4.320/1964, dispõe sobre a classificação das receitas públicas, sendo elas as correntes e de capital (Brasil, 1964). As receitas correntes são todas aquelas que serão transformadas em despesas para custeio do Estado e/ou prestação de serviços públicos, tendo como fontes de receita os tributos, contribuições, as receitas patrimoniais, a exploração de atividades econômicas e as transferências correntes, que são aquelas transferências de recursos de um ente para outro – vide municípios que recebem recursos da União e dos estados, ou dos estados que recebem recursos da União. Ainda há as receitas de capital, também denominada de “outras receitas correntes”, que consistem na arrecadação de recursos para custeio do Estado, que aumentam a disponibilidade financeira e financiam ações estatais (Tesouro Nacional, 2023, p. 42).

Para a análise da receita pública será utilizada a classificação de origem das receitas correntes, conforme Tabela 01.

Tabela 01 – Receitas Correntes

RECEITAS CORRENTES
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
Contribuições
Receita Patrimonial
Receita Agropecuária
Receita Industrial
Receita de Serviços
Transferências Correntes

Outras Receitas Correntes

Fonte: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Tesouro Nacional, 2023).

2.2. A Receita Pública e os Municípios Brasileiros

Ao editar a Constituição Federal de 1988, o legislador estabeleceu uma série de reformas que visavam reforçar o espírito do federalismo, através do fortalecimento dos municípios e suas políticas tributárias de receitas próprias. Essa descentralização do orçamento público buscou aproximar ainda mais o cidadão do seu município, que é o local onde as políticas públicas realmente acontecem (Chaves, Goularte e Souza, 2016).

A Constituição Federal, em seu Art. 145, estabelece que União, Estados, Municípios e o Distrito Federal poderão instituir determinados tributos, sendo eles: impostos, taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, além das contribuições de melhorias decorrentes de obras públicas – tributo pouquíssimo aplicado (BRASIL, 1988).

Ainda, a seção V da Carta Magna dispõe da competência municipal para instituição de impostos, constando o seguinte:

“Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar. [...]”

Resumidamente, os municípios brasileiros possuem três impostos que compõem a receita própria: IPTU (Art. 156, I), ITBI (Art. 156, II) e ISS (Art. 156, III).

Mas apenas as receitas próprias não sustentam boa parte dos municípios brasileiros. *Rodrigues et al. (2017)* observam que as transferências correntes são um importante instrumento de redução de desigualdades nos entes federados. Essas transferências ajudam os municípios a realizarem importantes investimentos em saúde e educação, através de repasses

estaduais e federais já normatizados por lei, como os repasses para o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB).

Estudos com determinada similaridade, como de Paes e Portugal (2019), Scheren, Da Silva Junior e Galante (2018), Brito e Dias (2016) e Silva (2024), buscam evidenciar a evolução das receitas públicas de municípios brasileiros, sendo que não há uma única realidade para representar os entes federados.

Silva (2024, p. 29) apontou que Fortaleza teve no ano de 2021, 63,4% de suas receitas como sendo transferências correntes, observando que historicamente este município possui um grau elevado de dependência da União e do estado do Ceará para financiar as suas despesas públicas.

A pesquisa de Chaves, Goularte e Souza (2016) sobre a receita tributária própria do município de Sant'Ana do Livramento é extremamente elucidativa ao tratar de diversas questões que interferem positiva e negativamente nas receitas públicas municipais. Naquilo que se pretende junto do presente estudo, é possível observar que as receitas próprias tributárias e a receita total tiveram um crescimento percentual muito similar durante o período delimitado para a pesquisa, sendo um importante instrumento comparativo para avaliar os anos subsequentes.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa quanto à natureza é aplicada, quanto aos objetivos é descritiva, quanto à abordagem é quantitativa, quanto aos seus procedimentos é estudo de caso. O objeto da pesquisa é o orçamento da Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento, mais especificamente suas receitas correntes, no período entre 2017 e 2023. O instrumento de coleta de dados utilizado para obtenção das informações que embasam a presente pesquisa é o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), disponibilizado pelo município e homologado pela Secretaria do Tesouro Nacional. Já para a análise de dados, foi realizada tabulação dos dados coletados através da discriminação das receitas correntes municipais, de

modo a evidenciar a composição e evolução das receitas de Sant’Ana do Livramento para que a pergunta de pesquisa seja respondida.

Gerhardt e Silveira (2009, p. 35) definem pesquisa aplicada como a natureza de pesquisa que “objetiva gerar conhecimento para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos [...]”. Silva e Menezes (2005, p. 20), conceituam a abordagem quantitativa como “[...] tudo que pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisa-las [...]”.

Gil (2002, p. 54) conceitua estudo de caso como “uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo ou exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...]”.

A coleta de dados é uma parte fundamental da pesquisa, sendo responsável pela obtenção dos dados a serem utilizados. Marconi e Lakatos (2003, p. 165) conceituam a coleta de dados como a “etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos”. A coleta dos dados ocorreu através de dados secundários a partir de coleta documental, e observará o disposto na Tabela 01, a respeito das receitas correntes do município de Sant’Ana do Livramento através do RREO do sexto bimestre entre os anos de 2017 a 2023.

No que diz respeito à elaboração dos dados, foi seguido o disposto por Marconi e Lakatos (2003, p. 166-167), através da seleção criteriosa dos dados, de maneira a evitar erros na análise, codificar/categorizar os dados coletados para facilitar a fase posterior de tabulação e, por último, a tabulação dos dados através de uma tabela realizada em Microsoft Excel, que permitiu sintetizar e analisar os dados coletados, de modo a evidenciar a evolução e a composição das receitas públicas do município de Sant’Ana do Livramento. Gerhardt e Silveira (2009, p.81) conceituam tabulação como “o processo que consiste em agrupar e contar os casos que estão nas várias categorias de análise [...]”.

Por último, foi realizada uma análise estatística dos dados, de modo a evidenciar a composição das receitas municipais, demonstrando em percentuais a participação de cada tipo de receita no orçamento de Sant’Ana do Livramento. Nas palavras de Gerhardt e Silveira (2009,

p. 81-82), a análise estatística dos dados “implica no processamento de dados, através da geração, da apresentação e da interpretação [...]”.

O período compreendido na pesquisa engloba o último ano de Plano Plurianual (PPA) de 2014-2017, todo o PPA 2018-2021 e dois anos do PPA 2022-2025. O PPA, instrumento previsto na Constituição Federal, é estabelecido por lei – cada estado e cada município possui o seu – e visa estabelecer o planejamento orçamentário de médio prazo dos entes federados.

Ao segregar a análise pelas categorias das receitas correntes, foi possível identificar a arrecadação dos impostos municipais (IPTU, ITBI e ISS), Taxas e Contribuições de Melhoria (esta última em total desuso no município), contribuições, receita patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços, bem como as transferências correntes (os repasses realizados pelo governo estadual e pelo governo federal), além das outras receitas correntes que compõem o grupo. Isso possibilitou identificar o que se propôs no objetivo do estudo, bem como na pergunta de pesquisa.

4. ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS DA PESQUISA

Na presente seção são apresentados os resultados da pesquisa, através da coleta de dados realizada conforme os procedimentos metodológicos já elencados.

4.1. Uma análise sobre a evolução das receitas de Sant’Ana do Livramento

Nesta subseção estarão dispostos os valores e percentuais de crescimento relativos às receitas públicas correntes do município de Sant’Ana do Livramento entre os anos de 2017 a 2023, de modo a evidenciar a situação da receita municipal.

De início, importante registrar que o RREO não registrou nenhuma receita agropecuária ou industrial em todos os exercícios financeiros pesquisados. Também cabe salientar que não houve ajuste pelos efeitos da inflação nos valores observados.

Em 2017, Sant’Ana do Livramento arrecadou cerca de R\$ 14,7 milhões com impostos de sua competência. Já com as taxas, o resultado foi de pouco mais de R\$ 24 milhões. Em contribuições atingiu os R\$ 12,6 milhões arrecadados, enquanto a receita patrimonial ficou na casa dos R\$ 7,1 milhões. A receita de serviços alcançou apenas R\$ 1,2 milhão, com as

transferências correntes representando R\$ 133,5 milhões para o orçamento municipal. As outras receitas correntes completaram a arrecadação com mais de R\$ 8,8 milhões, com a totalização das receitas correntes naquele exercício ficando em R\$ 202.313.708,01.

O exercício de 2018 apresentou melhora na arrecadação dos impostos de competência municipal, com um montante de R\$ 25,8 milhões arrecadados, o que resulta em um acréscimo de 75,23% de crescimento em relação ao exercício anterior. As taxas também tiveram um aumento expressivo no valor arrecadado, indo para R\$ 30,5 milhões, representando um crescimento de 27,04%. As receitas com contribuições também apresentaram um comportamento positivo, com um acréscimo de 6,38% em relação a 2017, indo para R\$ 13,4 milhões. Mas também houve uma série de receitas com quedas importantes na arrecadação, como as receitas patrimoniais, com uma queda superior a 50% em relação a 2017. As receitas de serviços também tiveram um decréscimo de quase 5%. As outras receitas correntes caíram cerca de 17% em relação ao exercício anterior. Já as transferências correntes tiveram um acréscimo de 9,33%, ficando na casa de R\$ 145,9 milhões. A receita corrente total foi de R\$ 227,8 milhões, representando um crescimento de 12,61% comparado a 2017, puxado pela arrecadação de impostos de competência municipal, taxas, contribuições e transferências correntes.

Em 2019 Sant'Ana do Livramento teve uma queda de 6,30% em suas receitas de impostos, que ficou em R\$ 24,2 milhões. As taxas e contribuições tiveram crescimento de 9,6 e 6,5%, respectivamente. As receitas patrimoniais cresceram 24,19% em relação ao ano anterior, ficando em R\$ 4,1 milhões, mas sem retornar ao patamar de 2017. A receita de serviços teve uma recuperação de 5,72%, ficando em R\$ 1,2 milhão, recuperando por poucos milhares de reais as perdas em relação a 2017-2018. As transferências correntes acompanharam o crescimento médio e ficaram em 6,01% superiores a 2018, totalizando R\$ 154,7 milhões, enquanto as outras receitas correntes tiveram uma queda de mais de 50%, ficando em R\$ 3,3 milhões. Essas perdas afetaram as receitas correntes totais, que cresceram apenas 3,44%, ficando na casa de R\$ 235,6 milhões.

O ano de 2020, marcado pelo início da pandemia do COVID-19, apresentou um comportamento diferenciado na arrecadação municipal. Enquanto a receita com impostos cresceu 15,74%, as receitas com taxas tiveram uma queda de 75,81%, ficando em apenas R\$ 8,1 milhões. Outra fonte de receita que teve uma queda importante foi a patrimonial, com -

RAGC, v. 20, nov.; p. 51-70/2025
ISSN: 2317-0484

60,8% em relação a 2019, ficando no montante de R\$ 1,6 milhão. Por outro lado, as receitas de contribuições cresceram 10,74%, as transferências correntes 16,42% e as outras receitas correntes 55,34%. O resultado que destoou foi a receita de serviços, sendo o valor de R\$ 26,9 milhões, um aumento de mais de 2 mil por cento. Em virtude dos resultados desta receita nos anos seguintes, acredita-se que houve algum erro de parametrização da receita de serviços entre os anos de 2017 a 2019. O total das receitas correntes em 2020 foi de R\$ 265,9 milhões, um acréscimo de 12,86% em relação a 2019.

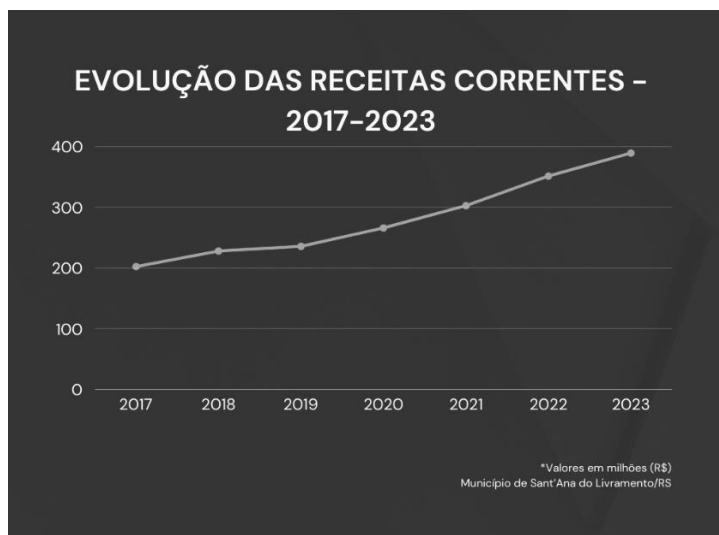
Em 2021 foi possível identificar um processo de recuperação das receitas correntes em Sant'Ana do Livramento, especialmente na receita patrimonial, receita de serviços e nas outras receitas correntes. A arrecadação com impostos teve um aumento de 21,54% comparado com o ano de 2020, já as taxas tiveram um aumento de 16,82% (ainda que não tenha recuperado as perdas relativas a 2019-2020). A receita patrimonial cresceu 20,96%, com a receita patrimonial chegando a 91,76% de crescimento em relação ao exercício anterior. As receitas de serviço cresceram 19,59%, enquanto as transferências correntes ficaram em 9,67% e as outras receitas correntes em 35,11% de aumento. O total das receitas correntes teve um crescimento de 13,82% comparado com o exercício de 2020.

O ano de 2022 foi marcado por um comportamento extremamente positivo em todas as receitas correntes em Sant'Ana do Livramento. A arrecadação com os impostos cresceu 17,29%, chegando a quase R\$ 40 milhões. A receita com as taxas cresceu 20,23%, alcançando os R\$ 11,3 milhões. Enquanto isso, a receita com contribuições teve um aumento de 68,16%, chegando a R\$ 32,3 milhões. A receita patrimonial teve um ganho impressionante neste exercício, resultando em R\$ 15,1 milhões, um aumento de 384% em relação a 2021. A receita de serviços teve um acréscimo de 13,43%, enquanto as transferências correntes 5,76% e as outras receitas correntes apenas 0,31% de crescimento. Em 2022, as receitas correntes cresceram 16,08% em comparação com 2021, resultando em R\$ 351,4 milhões arrecadados.

O exercício de 2023 foi um pouco similar ao anterior, a não ser pelas contribuições, que tiveram uma queda de 24,67%. Nas demais categorias de receitas houve crescimento. Em impostos houve um acréscimo de 11,82%, resultando em R\$ 44,7 milhões. As taxas tiveram aumento de 8,56%, enquanto a receita patrimonial cresceu 73,6%. A receita de serviços avançou em 10,88%, com as transferências correntes aumentando em 8,14% e as outras receitas correntes dobrando em relação a 2022, com um acréscimo de 112,79%, chegando a R\$ 14,9

milhões arrecadados. O total de receitas correntes em 2023 foi de R\$ 389,2 milhões, um crescimento de 10,76%.

Gráfico 01 – Evolução das Receitas Correntes do Município de Sant’Ana do Livramento



Fonte: Elaborado com base nos dados coletados no Siconfi/Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 6º bimestre (2017-2023) / Anexo 01 / Tabela 1.0 – Balanço Orçamentário.

A presente seção, ao apresentar a evolução das receitas de Sant’Ana do Livramento, estabelece um grau de correspondência em relação ao estudo de Silva (2024), onde a autora conseguiu analisar a evolução em valores monetários e percentuais. Silva (2024, p. 28) observou que o município de Fortaleza, objeto de sua análise, teve um crescimento de 32,4% em suas receitas correntes entre os anos de 2010 a 2021. Já em Sant’Ana do Livramento, entre os anos de 2017 a 2023 houve um crescimento de 92,4% das receitas correntes.

Chaves, Goularte e Souza (2016), ao realizarem uma análise da receita tributária de Sant’Ana do Livramento entre os anos de 2000 a 2013, observaram que houve um avanço importante nas receitas tributárias próprias do município no período analisado, bem como a

receita total. Ainda assim, a receita tributária teve períodos de instabilidade em sua arrecadação, o que sinaliza uma eventual deficiência no âmbito fazendário.

4.2. Uma análise sobre a composição das receitas correntes municipais

Neste item é apresentada de maneira clara e objetiva a composição das receitas correntes do município de Sant’Ana do Livramento entre os anos de 2017 a 2023, de modo a evidenciar as receitas próprias e as transferências correntes, estabelecendo percentuais de participação dessas receitas dentro do orçamento municipal, de modo a auxiliar na elucidação da pergunta da pesquisa.

Os dados coletados e organizados comprovam que há indicadores extremamente positivos para Sant’Ana do Livramento no que diz respeito ao aumento das receitas próprias dentro do período delimitado no estudo, com um aumento ainda mais expressivo a partir do

exercício de 2021, em que aumentou cerca de R\$ 20 milhões na receita própria em relação ao ano anterior.

Tabela 2 – Composição das Receitas Correntes de Sant’Ana do Livramento (2017-2023)

Ano	Receitas Próprias (R\$)	Transferências Correntes (R\$)	Total (R\$)	Receitas Próprias	Transferências Correntes
2017	68.788.810,92	133.524.897,09	202.313.708,01	34,00%	66,00%
2018	81.840.876,32	145.986.888,72	227.827.765,04	35,92%	64,08%
2019	80.902.269,00	154.755.812,78	235.658.081,78	34,33%	65,67%
2020	85.810.769,44	180.164.244,88	265.975.014,32	32,26%	67,74%
2021	105.149.273,74	197.586.024,17	302.735.297,91	34,73%	65,27%
2022	142.458.531,04	208.968.228,85	351.426.759,89	40,54%	59,46%
2023	163.256.683,57	225.988.363,55	389.245.047,12	41,94%	58,06%

Fonte: Elaborado com base nos dados coletados no Siconfi/Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 6º bimestre (2017-2023) / Anexo 01 / Tabela 1.0 – Balanço Orçamentário.

O disposto na Tabela 2 deixa em evidência que as receitas públicas de Sant’Ana do Livramento tiveram uma evolução muito considerável ao longo do período pesquisado. As receitas próprias aumentaram em cerca de R\$ 94 milhões neste período, enquanto as transferências correntes aumentaram em aproximadamente R\$ 92,4 milhões no mesmo tempo. Enquanto isso, a receita total cresceu mais de R\$ 186 milhões entre 2017 e 2023.

Os valores da receita própria demonstram que Sant’Ana do Livramento tem trabalhado muito bem nesta área ao longo dos últimos anos. Importante observar que o município tem

RAGC, v. 20, nov.; p. 51-70/2025
ISSN: 2317-0484

conseguido diminuir ao longo do tempo o percentual das receitas de transferências correntes em relação ao total das receitas, ao mesmo tempo em que o percentual de receita própria tem crescido quase que de maneira ininterrupta – com exceção de 2019 e 2020.

Gráfico 02 – Composição das Receitas Correntes – 2017-2023



Fonte: Elaborado com base nos dados coletados no Siconfi/Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 6º bimestre (2017-2023) / Anexo 01 / Tabela 1.0 – Balanço Orçamentário.

Ainda assim, Sant'Ana do Livramento ainda não possui as receitas próprias como sua principal fonte de financiamento. A realidade vivida no município vai de encontro com o que Scheren, Da Silva Junior e Galante (2018) conseguiram verificar em seu estudo em relação aos municípios do estado de Santa Catarina, em que também ficou evidenciada a maior participação das transferências correntes dentro das receitas dos municípios daquele estado. Da mesma forma, os autores identificaram receitas próprias municipais como extremamente instáveis, como as receitas de contribuições, agropecuária, patrimonial, industrial e de serviços, o que coincide com o observado em Sant'Ana do Livramento. Nota-se um comportamento similar em diversos municípios brasileiros.

A análise realizada por Silva (2024, p. 28), em relação ao município de Fortaleza e sua composição de receitas correntes, possui uma paridade com aquilo que foi verificado em Sant'Ana do Livramento: a existência de um grau de dependência das transferências correntes.

Ocorre que o município cearense, ao contrário do objeto desta pesquisa, possui um nível extremamente alto de dependência, eis que em 2021 as transferências correntes representaram 63,42% das receitas daquele município. Em contrapartida, apenas 36,58% foi decorrente das receitas correntes.

A evolução das receitas em Sant'Ana do Livramento apresenta um ponto de similaridade com o estudo de *Rodrigues et al. (2017)* em relação ao município de Eusébio/CE, em que é possível estabelecer um grau similar de composição das receitas. É possível auferir outra particularidade entre o estudo dos autores e do presente, em que se nota a predominância das receitas de transferências correntes e um certo grau de dependência dos municípios em relação a essas transferências.

Resta claro que a evolução e composição das receitas públicas de Sant'Ana do Livramento evidencia que há uma notável diminuição no grau de dependência dos recursos de transferências correntes no período analisado no presente estudo, mas ainda há muito o que ser trabalhado em termos de receita própria para que haja um maior equilíbrio na arrecadação, de modo a dar maior previsibilidade na aplicação destes recursos em políticas públicas.

5. CONCLUSÃO

A presente pesquisa objetivou identificar a composição e a evolução das receitas públicas do município de Sant'Ana do Livramento entre os anos de 2017 a 2023, com este objetivo sendo cumprido através da coleta de dados através do RREO, com posterior tabulação para organização, compreensão e explanação das informações.

Através da coleta e análise de dados foi possível constatar que Sant'Ana do Livramento vem tendo uma importante evolução em suas receitas correntes no período analisado, saindo de R\$ 202.313.708,01 em 2017 para R\$ 389.245.047,12 em 2023, o que representa um crescimento de aproximadamente 92,4% no período. Da mesma forma, o município conseguiu ter um bom crescimento de suas receitas próprias no período da pesquisa, saindo de R\$

68.788.810,92 em 2017 para R\$ 163.256.683,57 em 2023, representando um crescimento de aproximadamente 137%.

Em relação às transferências correntes, Sant'Ana do Livramento também teve um crescimento acentuado. Em 2017, essa receita representou o montante de R\$ 133.524.897,09, sendo que em 2023 ficou na ordem de R\$ 225.988.363,55, o que representa um crescimento aproximado de 69%.

Além disso, através dos dados anteriores foi possível evidenciar a composição das receitas públicas. Em 2017, as receitas próprias representavam 34% do total arrecadado, enquanto as transferências correntes representavam os 66% restantes. Já em 2023, as receitas próprias correspondiam a 41,94% do total das receitas correntes, enquanto as transferências correntes representaram 58,06%. Com base nos dados já elencados, resta respondida a pergunta de pesquisa, bem como está cumprido o objetivo da mesma.

No que diz respeito a eventuais limitações, é possível falar na necessidade de um recorte maior de tempo. Ocorre que há dificuldades na obtenção de dados precisos em relação ao município, sendo que um exemplo claro na pesquisa é a disparada repentina da receita de serviços a partir do ano de 2020.

A presente pesquisa poderá contribuir mais especificamente com os gestores públicos locais, na medida em que busca evidenciar as receitas de Sant'Ana do Livramento. Deverá auxiliar na compreensão da composição e evolução das receitas, bem como servir de subsídio para a observação de melhorias necessárias nas receitas próprias do ponto de vista fiscal, enquanto a pesquisa de Chaves, Goularte e Souza (2016) traz aspectos mais voltados aos procedimentos práticos do cotidiano de uma Secretaria da Fazenda. A realização contínua de estudos voltados para a área deverá beneficiar o município de Sant'Ana do Livramento em direção ao crescimento das receitas próprias através dos mais diversos métodos empregados pelo fisco municipal, além de possibilitar um horizonte de equilíbrio na composição das receitas, dando continuidade ao processo de diminuição da dependência das transferências correntes que vem ocorrendo desde 2021 no município.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 de março de 1964.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF, 05 de outubro de 1988.
- BRASIL. **Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 de maio de 2000.
- BRITO, Horlânia de Sousa; DIAS, Ricjardeson Rocha. O Comportamento da Receita Pública Municipal: um estudo de caso no município de Parnaíba – PI. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, Floriano – PI, v. 3, n. 1, p. 130 - 146, jan-jun. 2016.
- CHAVES, Paulo Ricardo Loreto; GOULARTE, Jeferson Luís Lopes; SOUZA, Jaqueline Kovalick de. Receita Tributária Própria: uma análise para seu incremento em Santana do Livramento/RS. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, v.4, n. 11, p. 72-94, 2016.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1ª ed., 2009, p. 120.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo, 4ª ed., Atlas, 2002, p. 176.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo – Atlas, 5ª ed., 2003, p. 311.
- SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Eстера Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 4ª ed., 2005, p. 138.
- PAES, Mateus Henry de Souza; PORTUGAL, Rodrigo. Estudo das Receitas Públicas do Município de Niterói: análise da arrecadação de recursos. **Espaço e Economia – Revista brasileira de geografia econômica**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 1 – 13, jun. 2019.
- PASSOS, Cristhian Rêgo; NASCIMENTO, João Carlos Hipólito Bernardes do. Fundo de Participação dos Municípios na Composição das Receitas: um estudo sobre dependência dos municípios piauienses nos anos 2013 a 2016. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 25, Vitória, 2018. **Anais [...]**, Associação Brasileira de Custos: Vitória, 2018.
- RODRIGUES, Semerson Rogério Alexandre; ADRIANO, Nayana. de Almeida; CASTELO, Joelma Leite; SIEBRA, Alexandra Alencar; DE ARAÚJO, Victor Firmino. EVIDENCIAÇÃO DO IMPACTO DOS REPASSES FEDERAIS E ESTADUAIS NA RECEITA CORRENTE TOTAL DOS MUNICÍPIOS CEARENSES NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015. ESTUDO APLICADO AOS 08 (OITO) MUNICÍPIOS CEARENSES QUE MAIS SE DESENVOLVERAM EM 2013 SEGUNDO DADOS DO ÚLTIMO ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL. **Anais Do Congresso Brasileiro De Custos – ABC**, 2017.
- SCHEREN, Gilvane; DA SILVA JUNIOR, Julio Cezar Araujo; GALANTE, Celso. Análise da arrecadação da receita pública dos municípios do Estado de Santa Catarina. **Revista Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 4, n. 3, p. 966 – 994, jun. 2018.

MOREIRA, G.I.

SILVA, Maria Regilania da. **Evolução da receita pública: um estudo aplicado ao município de Fortaleza – 2010 a 2021**. 2024. 55f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração Atuária e Contabilidade, Mestrado Profissional em Economia do Setor Público, Fortaleza, 2024.

TESOURO NACIONAL. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**. 10ª ed. Ministério da Fazenda, Brasília, 2023.

APÊNDICE 1 – Evolução de Receitas Correntes de Sant’Ana do Livramento (2017-2023)

Evolução de Receitas Correntes de Sant'Ana do Livramento (2017-2023)													
Categoria de Receita	2017	2018	Evolução (%)	2019	Evolução (%)	2020	Evolução (%)	2021	Evolução (%)	2022	Evolução (%)	2023	Evolução (%)
Impostos (IPTU, ITBI, ISS)	R\$ 14.756.917,89	R\$ 25.859.027,06	75,23%	R\$ 24.230.835,72	-6,30%	R\$ 28.045.285,76	15,74%	R\$ 34.085.893,49	21,54%	R\$ 39.978.062,93	17,29%	R\$ 44.702.218,69	11,82%
Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 24.082.425,13	R\$ 30.593.183,91	27,04%	R\$ 33.544.170,86	9,65%	R\$ 8.114.745,34	-75,81%	R\$ 9.479.736,56	16,82%	R\$ 11.397.134,71	20,23%	R\$ 12.372.737,02	8,56%
Contribuições	R\$ 12.681.744,53	R\$ 13.491.402,37	6,38%	R\$ 14.370.057,59	6,51%	R\$ 15.912.820,89	10,74%	R\$ 19.248.406,15	20,96%	R\$ 32.367.272,26	68,16%	R\$ 24.381.306,47	-24,67%
Receita Patrimonial	R\$ 7.146.816,08	R\$ 3.356.781,75	-53,03%	R\$ 4.168.679,45	24,19%	R\$ 1.634.238,41	-60,80%	R\$ 3.133.889,17	91,76%	R\$ 15.170.532,86	384,08%	R\$ 26.335.606,89	73,60%
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00	
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00	
Receita de Serviços	R\$ 1.234.094,44	R\$ 1.173.552,15	-4,91%	R\$ 1.240.717,51	5,72%	R\$ 26.903.028,21	2068,34%	R\$ 32.174.632,61	19,59%	R\$ 36.497.090,54	13,43%	R\$ 40.466.605,64	10,88%
Transferências Correntes (Estado e União)	R\$ 133.524.897,09	R\$ 145.986.888,72	9,33%	R\$ 154.755.812,78	6,01%	R\$ 180.164.244,88	16,42%	R\$ 197.586.024,17	9,67%	R\$ 208.968.228,85	5,76%	R\$ 225.988.363,55	8,14%
Outras Receitas Correntes	R\$ 8.886.812,85	R\$ 7.366.929,08	-17,10%	R\$ 3.347.807,87	-54,56%	R\$ 5.200.650,83	55,34%	R\$ 7.026.715,76	35,11%	R\$ 7.048.437,74	0,31%	R\$ 14.998.208,86	112,79%
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	R\$ 202.313.708,01	R\$ 227.827.765,04	12,61%	R\$ 235.658.081,78	3,44%	R\$ 265.975.014,32	12,86%	R\$ 302.735.297,91	13,82%	R\$ 351.426.759,89	16,08%	R\$ 389.245.047,12	10,76%